



RAC - Revista de Administração

Contemporânea

ISSN: 1415-6555

rac@anpad.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Administração
Brasil

Misoczky, Maria Ceci; Amantino-de-Andrade, Jackeline

Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais

RAC - Revista de Administração Contemporânea, vol. 9, núm. 1, janeiro-março, 2005, pp. 215-233

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84090110>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Documentos e Debates

UMA CRÍTICA À CRÍTICA DOMESTICADA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Maria Ceci Misoczky
Jackeline Amantino-de-Andrade

RESUMO

Este é um artigo de posição; um texto provocador do debate e do contraditório. O argumento desenvolvido gira em torno de diferentes concepções sobre emancipação, e suas consequências para a realização da crítica. Introduz-se os estudos críticos em administração, sob a perspectiva desenvolvida por Alvesson e Willmott. Posteriormente, se discute a emancipação, tendo como referência as formulações da Escola de Frankfurt em suas diferentes fases. Considera-se, então, um artigo de Alvesson e Willmott dedicado à emancipação e sua resultante transmutação em microemancipação, domesticando a crítica nos estudos organizacionais. Em oposição, adota-se uma definição de emancipação que repousa na produção dos autores latino-americanos Enrique Dussel e Paulo Freire, além de recuperar as abordagens dos teóricos da primeira fase da Escola de Frankfurt. Além disso, se reverencia a produção crítica brasileira. Encerra-se com uma breve consideração sobre a inscrição da crítica como uma oposição à ciência funcional.

Palavras-chave: crítica; microemancipação; emancipação; materialidade da vida; estudos organizacionais.

ABSTRACT

This is a position paper; written to provoke the debate and the contradictory. The argument developed considers different conceptions of emancipation, as well as their consequence for the production of critics. It introduces the critical management studies, under the perspective developed by Alvesson and Willmott. Following it is discussed the issue of emancipation, having as a reference the formulations of the Frankfurt School, in its different phases. It is considered, then, an article by Alvesson e Willmott dedicated to the issue of emancipation and its translation into microemancipation, domesticating the critics in organizational studies. In opposition, it is adopted a definition of emancipation considering the production of two Latin American authors, Enrique Dussel and Paulo Freire. It is also paid a tribute to the Brazilian critical production. The article ends up with a brief consideration on the inscription of the critics as an opposition to the production of functional science.

Key words: critics; microemancipation; emancipation; life materiality, organizational studies.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de um questionamento sobre aquilo que vem sendo caracterizado como estudos críticos na atual produção acadêmica em administração no Brasil, refletindo um desconforto com o que nos parece ser um posicionamento colonizado, que aceita acriticamente tendências disseminadas pelos países centrais e transforma em “textos esquecidos”, na acepção de Fachin (2003), a riqueza da tradição crítica nacional. Se tomarmos como referência os países centrais uma vertente crítica na administração é identificada, a partir da década de 90, com a publicação do livro marco de Alvesson e Willmott (1992), fundando o que hoje se denomina “Estudos Críticos em Administração”. No nosso entendimento, esta é uma vertente que busca se afastar do positivismo que ainda domina os estudos organizacionais anglo-saxões. No entanto, nela não se encontra um comprometimento com a condição emancipatória, que consideramos central para um projeto político, do qual a crítica é um componente essencial, no contexto de nossa formação social.

No Brasil, onde igualmente o campo dos estudos organizacionais é dominado pela perspectiva positivista, o espaço para a crítica é ainda muito limitado e esta é, muitas vezes, tratada de modo pejorativo. Entretanto, é preciso lembrar que a teoria crítica sempre se desenvolve dentro de uma reflexão historicamente situada e, em nossa história, autores como Maurício Tragtenberg, Antonio Guerreiro Ramos e Fernando Prestes Motta, denunciaram, sistematicamente, como o referencial positivista serve, em termos práticos, para a criação de ‘harmonias administrativas’ e para o exercício da dominação em inúmeros espaços da vida.

Este é um aspecto essencial na teoria crítica, a sua constante ligação com a práxis. Portanto, não se trata apenas de criticar a teoria dominante, mas de indicar as bases de transformação, de emancipação que são inerentes a um contexto histórico, político e social específico. Por isso, o nosso questionamento: é possível para nós, que vivemos em formações sociais periféricas, tomarmos as referências dos países centrais de modo acrítico? Será que emancipação significa a mesma coisa no contexto europeu e no contexto terceiro mundista da América Latina e do Brasil?

Nosso propósito é, portanto, discutir o fazer da crítica nos estudos críticos em administração, considerando o contexto da nossa formação social periférica. No entanto, antes de ir adiante é preciso deixar claro, para o leitor, a partir de que posição escrevemos. Assumimos não apenas nossa condição terceiro mundista, mas também nossa convicção de que o capitalismo não é uma fatalidade, mas

uma construção histórica e humana e que, portanto, não é natural, nem eterno. Além disso, consideramos de grande importância a existência de uma produção acadêmica que contribua para o desafio à ordem dominante.

Este é um artigo de posição. Espera-se que contribua para o fortalecimento de uma corrente, no campo dos estudos organizacionais, que acredita na possibilidade da construção social de um outro mundo. É, portanto, um texto para provocar e estimular o embate e o contraditório num debate aberto e franco em torno do tema da crítica, e que a divergência e a oposição de idéias legítimas contribuam para o livre pensar de que se orgulha a academia.

O leitor encontrará, a seguir, uma brevíssima introdução ao que vem se convencionando denominar de estudos críticos em administração. Nela se perceberá a importância da produção de Alvesson e Willmott (1992b), referência para a provocação ao debate que aqui realizamos, e sua influência na constituição de uma logomarca que vem se disseminando pelo campo dos estudos organizacionais e se encontra, especialmente no contexto europeu, com crescente legitimidade no seio do *mainstream*. No item seguinte enfrentaremos o tema da emancipação e seus significados potenciais, questionando a microemancipação proposta por esses autores para, então, situarmos a emancipação no contexto latino-americano, em especial a partir das formulações de Enrique Dussel e Paulo Freire, recuperando, também, a teoria crítica com base nos teóricos da primeira fase da Escola de Frankfurt. Aproveitaremos, ainda, para reverenciar a produção crítica brasileira, tão interessante e admiravelmente construída, especialmente, por Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta. Finalmente, encerraremos com uma breve consideração sobre a inscrição da crítica como uma oposição à ciência funcional.

UMA BREVE INTRODUÇÃO AO TEMA DOS ESTUDOS CRÍTICOS EM ADMINISTRAÇÃO

A emergência da marca “estudos críticos em administração” se dá no início da década de 90, no contexto britânico, tendo como referência obrigatória o livro “Critical Management Studies”, de Alvesson e Willmott (1992a). Fournier e Grey (2000) relacionam esta emergência com o desencanto a respeito da possibilidade da constituição de um corpo de conhecimentos integrado, coerente e relevante que pudesse ser reconhecido como ciência da administração. Este colapso da certeza e da autoconfiança teria tornado os pesquisadores, e os próprios

administradores, se não receptivos à crítica, pelo menos atentos às deficiências de sua base de conhecimento. Esta afirmação indica uma forma de identificar a crítica nos estudos em administração: o reconhecimento de que existem aspectos inadequados, nas práticas e nas teorias organizacionais. No entanto, diz pouco sobre aspectos que permitiriam “catalogar” estudos de modo a identificá-los como críticos.

Uma possibilidade de fazê-lo se refere a reconhecer atitudes filosóficas alternativas ao positivismo dominante, em um contexto de enfraquecimento da sua centralidade nas ciências sociais. O estudo da administração e das organizações, como todos sabem, se baseia nas tradições das ciências sociais. No entanto, esta relação envolve uma considerável brecha de tempo (FOURNIER; GREY, 2000), porque somente na década de 80 métodos qualitativos de pesquisa ganharam legitimidade no campo da administração (Morgan e Smircich, 1980) e somente na década de 90 se disseminaram abordagens que contestam o referencial positivista (HASSARD; PARKER, 1993). A crítica a esse referencial e a adoção de outras atitudes filosóficas, como a hermenêutica e o pós-estruturalismo, comporiam, segundo Zald (2002), uma referência para a identificação de estudos críticos em administração.

Uma outra possibilidade reside na identificação do vínculo com uma pluralidade de tradições intelectuais das ciências sociais que inclui, entre outras, abordagens marxianas ocidentais contemporâneas (especialmente a teoria crítica da Escola de Frankfurt), pós-estruturalismo (em suas diferentes vertentes), feminismo, ambientalismo, psicanálise, estudos culturais. Neste sentido, os estudos críticos em administração poderiam ser identificados por sua inscrição em uma rede de referências que constitui pontos de passagem em termos de palavras chave, vocabulários e conceitos que fundamentam a análise (FOURNIER; GREY, 2000). Parker (2002, p. 117) qualifica essa rede como “uma combinação de radicalismo político e epistemológico” que produz uma “identidade reconhecível nas margens dos estudos acadêmicos de negócios e da administração”.

Nos Estados Unidos se encontra uma outra linha argumentativa, desta vez com a expressa definição de um referencial ético ideológico, cuja síntese pode ser encontrada no texto que expressa a “missão” do “Critical Management Studies Workshop”, que se organizou na American Academy of Management:

“Nossa crença é que a administração da empresa moderna (e, freqüentemente, de outros tipos de organização) é guiada por uma meta estreita – o lucro, em vez de ser guiada pelos interesses da sociedade como um todo, e que outras metas – justiça, comunidade, desenvolvimento humano, equilíbrio ecológico – devem ser trazidas para o centro da

governança da atividade econômica. Somos críticos da noção de que a busca do lucro vai, automaticamente, satisfazer estas metas mais amplas. Acreditamos que este sistema unilateral extrai um inaceitável custo social em troca do pouco progresso que oferece. As empresas, guiadas por tal meta estreita, se constituem em estruturas de dominação. Nossa compromisso é ajudar as pessoas a se libertarem desta dominação. O objetivo do CMS Workshop é, portanto, o desenvolvimento de interpretações críticas – interpretações que são críticas da administração, não de administradores individualmente.” (CMSW, 2001)

Adler (2002, p.392) reconhece, nesta missão, uma combinação de valores de esquerda com metodologias pós-positivistas e ressalta que “a aspiração é mostrar que a estrutura social existente não é imutável, e que o social pode ser constituído de outro modo”.

A nossa posição é muito próxima a esta. Acreditamos que a crítica precisa ser mais do que mera “oposição a corpos teóricos estabelecidos, a experiências já conhecidas” (Bruyne, Herman e Schoutetee, 1991, p.55). A crítica deve estar comprometida com a constituição de outros mundos (Solé, 2003) e, para tanto, precisa estar profundamente orientada por princípios éticos, de acordo com Dussel (2002). Voltaremos a esse tema mais adiante. Nesse momento queremos, ainda, afirmar a importância e relevância da produção crítica brasileira, em especial a de Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta, com a qual dialogaremos ao longo do texto. Para começar essa discussão, abordamos, com mais cuidado, o tema da emancipação.

A CONCEPÇÃO DE EMANCIPAÇÃO NAS DIFERENTES FASES DA TEORIA CRÍTICA DA ESCOLA DE FRANKFURT

O tema da emancipação, no contexto europeu, tem uma marcante contribuição da teoria crítica da primeira fase da Escola de Frankfurt, que se situa na tradição marxista desenvolvida no contexto do capitalismo tardio dos países centrais. A pergunta que os pensadores vinculados a esta Escola colocam no centro das suas reflexões é como criticar as teorias da sociedade.

A expressão “teoria crítica” aparece no título de um trabalho de Horkheimer (1990, p. 248) que, em 1937, descreve a teoria tradicional (de Poincaré a Weber) e apresenta o pensamento crítico como aquele que questiona “o papel positivo”. Caberia à teoria esboçada pelo pensar crítico expressar o “segredo” de “uma

situação fundada na razão” e baseada na “miséria presente”. A crítica de que fala Horkheimer tem como referência de conteúdo a materialidade da vida, expressa na “miséria” que “não oferece, por si mesma, a imagem de sua superação”. Na mesma direção, Adorno (1975, p. 29), em seu debate com o positivismo popperiano, afirma que o “deslocamento da razão para o pensamento formal, separado de seu conteúdo, era a única maneira de exercer seu domínio sobre a materialidade”. Como contraponto, o trabalho teórico pode servir de apoio a “uma ação que, orientada para a emancipação”, tenha como meta a “transformação da ordem” dominante.

Os estudos dessa primeira fase da Escola de Frankfurt voltam-se contra uma ontologia alienante que reifica todos os seus momentos funcionais. A crítica do sistema unidimensional, da racionalidade instrumental, do positivismo, da estética hegemônica, da cultura de massas e do nazismo, são aspectos, segundo Dussel (2002), de um mesmo problema: a opressão da totalidade vigente – a sociedade liberal capitalista e burocratizada, a cultura da modernidade que aniquila a possibilidade de uma vida autêntica e da criatividade transformadora.

Os primeiros trabalhos de Habermas, que irão coincidir com os últimos momentos desta fase da Escola, dão prosseguimento à linha desenvolvida por Adorno, centrando-se na crítica à racionalidade instrumental. Para Habermas (1986) a ciência, escrava desta racionalidade, havia perdido o papel crítico na determinação do valor dos fins a serem perseguidos, havia contribuído para a racionalidade técnica necessária para o desenvolvimento do capitalismo sem, no entanto, ter sido capaz de produzir uma justificativa aceitável do próprio capitalismo. Deste modo, ciência e racionalidade tinham se voltado contra os seres humanos. Porém, de modo diferente de seus colegas e predecessores, Habermas, em decorrência de suas escolhas teóricas – opção pela ciência social de corte weberiano e recusa à economia política - deixa de lado a materialidade como referência. Estas escolhas são consequência de sua percepção sobre o desenvolvimento nos países capitalistas avançados, onde, segundo Habermas (1967, p. 216) “o nível de vida – inclusive nas camadas mais amplas da população – subiu tanto que o interesse pela emancipação da sociedade já não se pode exprimir imediatamente em termos econômicos. A alienação perdeu sua forma economicamente evidente, de miséria. (...) O proletariado se dissolveu enquanto proletariado.”

A segunda fase da Escola de Frankfurt – dominada pela produção Habermasiana da teoria da ação comunicativa – tentará mostrar que é tarefa racional provar a pretensão de validade de enunciados normativos ou de decisões morais, com vistas à realização de acordos – pois nisso consiste toda a temática da fundamentação no contexto de atos comunicativos. O que é o material ou a ética

de conteúdo nesta teoria? Segundo Habermas (1989, p. 128) a ética discursiva é meramente formal – “ela não oferece orientações de conteúdo, mas um procedimento: o do discurso prático”. Nas origens deste giro discursivo – que deixa, definitivamente, de lado a materialidade – está a já mencionada visão otimista sobre os resultados do capitalismo tardio. Emancipação passa a ser, então, restrita à emancipação subjetiva para possibilitar a simetria nas relações discursivas que ocorrem na esfera pública. Autonomia e solidariedade passam a ser meras condições para uma ação comunicativa não distorcida.

Habermas – de modo provinciano (na qualificação de Dussel, 2001) e eurocêntrico - não percebe que nos países capitalistas avançados vive, não apenas uma minoria da humanidade, como também que neles o acesso a melhores níveis de vida se dá de modo desigual. De qualquer forma, é evidente que esta percepção não se aplica, de modo algum, às formações sociais periféricas. “Quando a ética do discurso enfrenta o capitalismo tardio, não sabe criticá-lo como capitalismo. Não sugere uma ‘eticidade pós-convencional crítica’, mas uma ‘pós-convencionalidade’ formal dentro da hegemonia da eticidade da cultura e do sistema do norte do planeta, sem consciência explícita desta cumplicidade” (DUSSEL, 2002, p. 202).

Pois é a partir dessa concepção de emancipação sem referência à materialidade da vida, e que se realizaria em um sistema capitalista inquestionado, que Alvesson e Willmott (1992b) desenvolvem uma proposta de redefinição que restringe, mais ainda, a já restrita definição habermasiana, de modo a torná-la aceitável e aplicável, prática, ao mundo dos negócios e da administração.

A MICROEMANCIPAÇÃO NÃO UTÓPICA OU A CRÍTICA DOMESTICADA DO UNIVERSO ORGANIZACIONAL

Alvesson e Willmott (1992b) abordam a emancipação tendo como referência a possibilidade de relacioná-la à administração e aos estudos organizacionais.

“A partir da perspectiva da teoria crítica (...) emancipação envolve, necessariamente, um processo ativo (uma luta) pela autodeterminação individual e coletiva. (...) Para a teoria crítica a emancipação não é um presente oferecido aos trabalhadores, mas necessita da (freqüentemente dolorosa) resistência e superação de restrições socialmente desnecessárias, tais como o medo do fracasso e a discriminação sexual e racial” (ALVESSON; WILLMOTT, 1992b, p. 433).

No entanto, segundo esses autores, é preciso despojar a teoria crítica de seu projeto utópico, para “torná-la mais relevante e acessível para o mundo mais mundano da administração e da organização” (ALVESSON; WILLMOTT, 1992b, p. 434). Esse “entendimento modificado da emancipação” ainda trata de emancipação, ou apenas realiza uma apropriação discursiva e estratégica, em busca de legitimação? Que mundo esse entendimento autoriza? Seria um mundo diferente daquele que os autores supostamente criticam? Deixemos que os próprios autores respondam, expressando os motivos de suas restrições ao projeto utópico da transformação.

“Dado seu ataque às concepções estabelecidas de ciência política e prática, não é surpreendente que a teoria crítica tenha sido marginalizada por teóricos e praticantes do *mainstream*. Sua marginalidade está associada com sua aparente falta de realismo e aplicação prática” (ALVESSON; WILLMOTT, 1992b, p. 437).

Aqui aparece, claramente, a construção que os autores estão realizando: apropriar-se da marca da teoria crítica deixando de fora seu conteúdo transformador. Ora, a essência da crítica reside em opor-se às concepções dominantes e às práticas que essas autorizam. Para isso os autores da Escola de Frankfurt realizam uma profunda reflexão filosófica. Pois bem, esses filósofos são “cobrados” por produzirem “formas esotéricas de análise”, “densas e difíceis de entender”, e por não considerarem “detalhes mundanos de instituições chave e de aspectos da sociedade moderna, tais como o desenvolvimento contemporâneo na teoria e prática da administração”. Era só o que faltava! Para Alvesson e Willmott (1992b), os autores da Escola de Frankfurt deveriam simplificar a complexidade de seus argumentos através do uso de uma linguagem simples; e, ainda, pensar na aplicabilidade de suas formulação para o mundo da gestão! Que inversão de valores! Que argumento simpático ao mundo singelo e ingênuo da administração! Como ensina Guerreiro Ramos (1989, p. 1-2) “a teoria da organização, tal como tem prevalecido, é ingênua”. Devido à sua recusa à “sofisticação teórica”, essas ciências “admitem como evidente por si mesmo o tipo pré-reflexivo da vida cotidiana”.

Alvesson e Willmott (1992b), em busca de uma atitude positiva, insistem na valorização de teorias (como a da nova relações humanas e a da cultura corporativa) que oferecem “alguns graus de emancipação, ainda que circunscrita e contraditória, confirmado que uma expansão da autonomia (comportamental) é possível sem degenerar em anarquia”, e reconceituam emancipação como microemancipação. Para explicitar seu distanciamento dos utópicos e das utopias, desenvolvem uma classificação da emancipação segundo tipos e focos:

-
- . tipo utópico com foco na problematização, sem propor uma agenda alternativa ou um conjunto de prescrições;
 - . tipo utópico que antecipa uma “visão” ou um modelo de sociedade;
 - . tipo incremental ou reformista, com foco na liberação de certas formas de opressão.

A escolha dos autores pelo último tipo é justificada com a afirmação de que visões utópicas sobre autonomia, criatividade e democracia “têm pouco significado para as experiências da vida cotidiana da maioria dos participantes das organizações”. Será que os autores consideram que os participantes das organizações não são sujeitos situados no mundo? Cabe recorrer, novamente, a Guerreiro Ramos (1989) e questionar sobre a possibilidade de se realizar a emancipação nos limites da micro-organização, sem que ocorra a transformação do próprio sistema social.

A partir daqui acreditamos estar plenamente autorizadas a inserir os estudos críticos em administração desenvolvidos a partir dessa referência em uma vertente pragmática. Exporemos, a seguir, como ilustração, algumas expressões dessa definição na abordagem das organizações e da prática da administração, sempre focalizando na produção de Alvesson e colaboradores.

“A intenção da teoria crítica não é envolver-se em projetos utópicos pela eliminação da hierarquia, da divisão do trabalho ou, mesmo, pela abolição da separação entre administração e outras formas de trabalho. Em vez disso, sua aspiração é apoiar o desenvolvimento de organizações em que a comunicação (e o potencial produtivo) seja, progressivamente, menos distorcida pelas relações assimétricas e opressivas de poder” (ALVESSON; WILLMOTT, 1996, p. 18).

Percebe-se que não há uma crítica à hierarquia como forma de dominação. A crítica está dirigida ao que a teoria administrativa tradicional não revela, por exemplo, as diferenças de classe, de gênero e de etnia, que podem se constituir em barreiras ao processo intersubjetivo de ação comunicativa que poderia levar à construção de simetrias dentro da hierarquia. Só para lembrar: a hierarquia é um componente central e indispensável para o exercício da dominação em sociedades onde se faz necessário, pela concentração da propriedade dos meios de produção, o controle e a subordinação (MOTTA, 1985).

A leitura do capítulo assinado por Alvesson e Deetz (1999), no *Handbook de Estudos Organizacionais*, fornece mais algumas indicações sobre esta linha de trabalho.

“O crescimento no tamanho das organizações, a rápida implementação das tecnologias de comunicação/informação, a globalização, a mudança na natureza do trabalho, a redução da classe trabalhadora, os conflitos de classe menos evidentes, a profissionalização da força de trabalho, as economias em estagnação, os problemas ecológicos espalhados pelo mundo todo e os mercados turbulentos são todos parte do contexto contemporâneo que exige uma resposta da pesquisa. Algumas destas linhas de pesquisa têm enfraquecido o solo do marxismo e de outras críticas da dominação, mas preparou-os para as orientações alternativas aqui desenvolvidas” (ALVESSON; DEETZ, 1999, p. 228).

Os autores expressam preocupação em revelar mudanças no contexto contemporâneo da eficiência, e não em compreender novas formas de organização que, segundo eles, constituem fatos empiricamente seletivos e fracos. Os autores focam apenas nos problemas das organizações contemporâneas, onde “o custo do controle cresce e as cadeias de meios/fins ficam mais longas”. Em suma, a questão central não são as implicações éticas, políticas e sociais da gestão instrumental do trabalho, mas os crescentes custos deste modelo de gestão. Os autores se vestem de racionalidade instrumental para mostrar a necessidade de superá-la. Como? Pela apropriação (ainda que deturpada, como vimos acima) de referenciais teóricos que instrumentalizam em busca da redução do risco da ineficiência ou, como diria o insuperável Tragtenberg (1971), em busca de “harmonias administrativas”.

Esta vertente dos pseudos estudos críticos em administração caracteriza-se, assim, como as teorias tradicionais, por uma ambigüidade ideológica básica, conforme apontado por Tragtenberg (1971), por restringir-se à vinculação aos microprocessos, isto é, às determinações técnicas focadas exclusivamente nas organizações, em separado da sociedade e que se expressa, como já vimos, na proposição de uma microemancipação a partir de projetos incrementais, nos quais ocorreria a liberação de certas formas de opressão na dinâmica entre elementos emancipatórios e antiemancipatórios “como uma tarefa de engenharia social” (ALVESSON; WILLMOTT, 1992b, p. 461). Trata-se, de modo evidente, de uma opção por atitudes remediadoras, e não transformadoras da ordem dominante, que afronta o núcleo ontológico de qualquer abordagem crítica da vida social.

Como já vimos, os autores justificam seu posicionamento pragmático com o objetivo de encontrar veículos de resistência e libertação para o dilema autonomia-eficiência nas práticas mundanas. Pretendem, desse modo, transpor os limites, por eles indicados, da teoria crítica no que concerne ao seu intelectualismo, essencialismo e negativismo. O que Alvesson e Willmott (1992b) não podem

reconhecer, em função de seu projeto intelectual, é que a teoria crítica, fundamentada em seus “ismos”, não afasta a teoria da prática. Pelo contrário, a teoria é iluminadora da prática como facilitadora da construção de um devir de sujeitos co-partícipes da construção histórica, social e cultural de sua sociedade. É essa noção de práxis, em oposição a de pragmatismo, que direciona nossa exploração de um sentido ético ideológico para a emancipação, compatível com as características de nossa formação social periférica.

EMANCIPAÇÃO COMO LIBERTAÇÃO

Para começar conceituamos, amplamente, emancipação como a afirmação de relações radicalmente diferentes das condições anteriores e presentes de opressão e dominação, de uma situação vivida negativamente, onde se forjam as forças e identidades capazes de pretender outra vida.

Recuperamos, aqui, a negatividade e a materialidade apontadas por Horkheimer (1990), como as condições para a realização da crítica. Neste sentido, adotamos a posição de Dussel (2002) em sua proposição de uma racionalidade ético-crítica que defenda a universalidade da vida a partir da alteridade dos dominados, da exterioridade dos excluídos; que considere ilegítimo e perverso o sistema material de valores responsável por esta dominação e exclusão. Trata-se de uma crítica ética libertadora, que parte do colocar-se ao lado dos dominados e excluídos (empírica e intersubjetivamente), considerando sua negatividade material. Quando “o cientista solidário (o intelectual orgânico de Gramsci) adota esta perspectiva prático-intersubjetiva e projeta um programa de investigação científica que busca ‘explicar’ – segundo os melhores ‘recursos científicos’ à disposição – a ‘causa’ da negatividade das vítimas”, obtemos a posição a partir da qual se desenvolvem os estudos críticos (DUSSEL, 2001, p. 377).

Trata-se de adotar uma ética da vida, isto é, a vida humana como conteúdo da ética. O princípio acima mencionado, da obrigação de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana concreta de cada sujeito ético em comunidade, tem a pretensão de universalidade. A partir daí, a crítica ética afirma a dignidade negada da vida da vítima, do oprimido ou excluído. Esta postura ético-crítica está orientada pela possibilidade de transformar estruturas e relações que constituem e reproduzem a exclusão e a opressão. A crítica deve, neste sentido, “situar-se num nível de abstração que permita um ataque teórico e analítico des-construtivo, preciso, pertinente, eficaz e irrefutável contra o sistema de eticidade vigente” (DUSSEL, 2002, p. 321).

A potência da vida – referência ética e material - como objetivo da ação emancipatória também se encontra registrada em Foucault (1980), quando este faz a análise do poder sobre os corpos como elemento do desenvolvimento do capitalismo e de como, no século XIX, é a vida que forja as resistências ao sistema de poder. “(...) o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta (...)" (FOUCAULT, 1980, p. 136).

Outro que trabalha o tema da emancipação tendo a vida como referência é Paulo Freire – cuja importância para os movimentos contemporâneos de libertação, na América Latina e na África é inestimável. Recorremos a Paulo Freire para esclarecer a necessidade do momento negativo – quando se critica o sistema como causa de opressão, e do momento positivo – quando se projeta a utopia, o “viável inédito”.

“Utopia, para mim, não é o irrealizável, não é o idealismo. Utopia é a dialetização nos atos de denunciar e anunciar. O ato de denunciar a estrutura desumanizante e o ato de anunciar a estrutura humanizadora ... Qual é o futuro do opressor, senão a preservação do seu presente de opressor? Qual é a área de denúncia que os opressores podem ter, senão a denúncia daqueles que os denunciam? Qual é a área de anúncio dos opressores a não ser o anúncio dos seus mitos, e qual pode ser a esperança daqueles que não têm futuro? A conscientização é isto: um apoderar-se da realidade" (FREIRE, 1994, p. 112).

Ainda nessa direção, Dussel (2002, p.374) indica que o reconhecimento do outro como vítima do sistema que a causa, e a simultânea responsabilidade por esta vítima, é o ponto de partida para a crítica. Trata-se de um juízo empírico de fato, de um enunciado descritivo com pretensão de verdade. “Detectar empiricamente uma vítima é constatar ‘negatividades’: pobreza, fome, traumatismo, dor, patologias e muitas outras dimensões da negatividade.” Mas a negatividade emerge, se apresenta, se descobre a partir da positividade, que é a “afirmação da vítima como sujeito, que é negada ou ignorada pelo sistema como sujeito”. O critério negativo, material ou de conteúdo, é o próprio fato da impossibilidade de reproduzir a vida da vítima. Esse aspecto material negativo se reflete, graças à consciência crítica, sobre o sistema (...) como não verdade (na expressão de Adorno, 1975), já que origina uma tal negatividade. Portanto, a existência da vítima é sempre refutação material ou “falsificação” da verdade do sistema que a origina.

Colocar a materialidade da vida como referência ética para a realização de estudos críticos em administração implica em enfatizar a relação entre a teoria e a prática da administração e as formações sociais em que estas se realizam, entre aspectos culturais / cognitivos e aspectos da realidade econômica e política, entre configurações (formas de controle e estruturas) e construções sociais historicizadas. Implica assumir a concepção materialista da história em sua inevitável relação com a materialidade da vida. “Segundo a concepção materialista, o momento de determinação em última instância da história é a produção e reprodução da vida imediata. Num duplo sentido: por um lado, a produção dos meios de vida (...) e dos instrumentos que para isso são necessários; e, por outro, a própria produção do ser humano” (ENGELS, 1967, p. 27).

O sentido da produção do conhecimento crítico está na sua orientação para a transformação, na superação da posição de cumplicidade com o sistema que gera vítimas e no compromisso prático com estas vítimas. Aqui é importante esclarecer que deixar de ser refém do sistema dominante, estudado funcionalmente, não significa desprezar o acúmulo de conhecimento no campo da administração. Significa, sim, fazer parte do que Levinas (1993) chama de ciência progressiva: a partir de um novo programa de investigação científica, a ciência crítica pode subsumir a teoria anterior e explicar um fato que passou desapercebido, que não foi observável porque não poderia (não seria conveniente que fosse) a partir do paradigma hegemônico.

Orientar os estudos para a emancipação implica em criticar o capitalismo e sua expressão na sociedade de mercado, em apostar que essa sociedade é mais uma das criações dos seres humanos (SOLÉ, 2003) e que, sendo assim, não é natural nem perene. Implica, portanto, abandonar o pensamento conservador, segundo o qual não há alternativa à sociedade vigente e, em decorrência, toda crítica global, ou a algumas de suas faces, é impossível, inoperante, destrutiva. Implica, ainda, reconhecer que a teoria e a prática administrativas têm responsabilidades para com a constituição e reprodução do sistema vigente, bem como com suas consequências: o fato massivo da pobreza, a exclusão social da grande maioria da população do planeta, a destruição progressiva do próprio planeta.

Alguns autores têm dado demonstrações da possibilidade de atuar nessa linha de estudos, e da riqueza da crítica a partir da materialidade. Não precisamos e, nesse momento, acreditamos que não devemos ir longe em busca de exemplos. A presença de Maurício Tragtenberg e de Fernando Prestes Motta entre nós foi especialmente iluminadora sobre essa possibilidade. Relevar esses autores ajuda a compreender porque a narrativa da modernidade e das organizações modernas pela ótica da racionalidade domina os estudos em administração. A narrativa,

pela ótica do antagonismo, contaria outra história, imporia outras categorias, desmontaria a pretensão de ciência neutra da teoria administrativa. “Sendo o estudo da teoria da administração a análise da legitimação burocrática do poder, essa teoria de caráter repressivo aparece na ênfase na adaptação e controle do homem. Por que sua preocupação com o nível do conhecimento permanece instrumental e o conhecimento humano limitado àquelas partes passíveis de controle?” (TRAGTENBERG, 1980a, p. 15). E o próprio autor nos ensinava: porque a teoria da administração é uma ideologia!

Maurício Tragtenberg também nos deu lições sobre a possibilidade da crítica e sobre colocar-se ao lado das vítimas do sistema que denunciava. Ao mesmo tempo em que criticava, na sua produção acadêmica, a co-gestão nas empresas como uma “panacéia administrativa” que permitia “muitas manipulações patronais” (TRAGTENBERG 1980b, p. 190); assinava uma coluna sindical, denominada “No batente”, que durante sete anos, duas vezes por semana, saiu no jornal Notícias Populares. Ali divulgava problemas enfrentados por trabalhadores que, muitas vezes, sequer eram registrados nos jornais sindicais, tais como denúncias sobre abusos sexuais, falta de higiene e segurança, má qualidade da alimentação, trapaças no pagamento dos salários, prepotência de contramestres e gerentes (MOREL, 2001). Isso sem falar em sua militância crítica no campo da educação. Sua herança aponta para a idéia de que “a ordem burocrática sobre a qual se assenta o sistema de dominação capitalista é, apesar de toda as aparências, bastante frágil e geradora permanente de contradições que permitem o desenvolvimento dos germes da luta contra ela” (MOREL, 2001, p. 287).

Grande defensor da autonomia, Tragtenberg (1980c) apostava na possibilidade de que os setores oprimidos e excluídos pudessem se contra-organizar a partir de impulsos autogestionários, e que formas incipientes, geradas desse modo, poderiam ser aprimoradas, desde que fosse preservada a autonomia. Aparece, aqui, um indicativo sobre a possibilidade de estudos críticos comprometidos com a experiência concreta desse tipo de luta.

Fernando Prestes Motta foi outro crítico do sistema e das teorias sociais e organizacionais dominantes, e defensor da autonomia como alternativa necessária no âmbito da prática e da teoria. Motta (1990, p. 19) denunciava o esforço continuado das teorias dominantes de “tentar fundir a racionalidade substantiva na racionalidade instrumental, justificando determinado tipo de ordenação social voltada para a produtividade e o lucro”. Além de sua crítica, Motta (1990, p. 27-28) apontava para a necessidade do desenvolvimento de novas teorias.

“Não se pode falar de fatos novos na prática, desacompanhados de fatos novos na teoria. Assim, a prática autônoma exige uma teoria reformista e

esta a alimentação constante na prática. (...) Importa a transformação social, que se refere ao fazer social e político dos homens na sociedade e nada mais. O fazer pensante e o pensar político implicam-se numa unidade indestrutível e pensar a sociedade como fazendo-se é um componente essencial. E este fazer-se é o contrário das hierarquias burocráticas”.

A obra e a vida destes nossos autores indicam, claramente, a existência de um espaço, no campo da administração brasileira para estudos críticos que adotem a emancipação libertária e a materialidade da vida como referência. Trata-se, nesse caso, de uma perspectiva de atuação dirigida para a construção de pontes entre as escolas de administração e os movimentos sociais e forças progressistas. A esse respeito Motta (1990, p. 31) indicava que as posições da luta não devem ser ingênuas, que a “teoria deve ater-se ao que indica o movimento social”, “deve ser a expressão desse movimento”. Na mesma direção, falando a partir do contexto norteamericano, Adler (2002) afirma que as escolas de administração poderiam se tornar relevantes, não apenas para as elites que controlam e gerenciam organizações corporativas, mas por se legitimarem socialmente em decorrência de seus compromissos com as vítimas e excluídos do sistema, do próprio poder corporativo.

“Podemos usar nossas posições acadêmicas como púlpitos a partir dos quais nos engajemos em campanhas, através de palavras e atos contra os malefícios do mundo corporativo. (...) nosso papel enquanto pesquisadores pode tomar a forma de elevação da consciência, ou pelo menos de denúncia. As escolas de administração, apesar de tudo, fazem parte de universidades, e aqueles com estabilidade em tais instituições têm uma ampla margem de liberdade acadêmica para explorar. Mesmo aqueles sem estabilidade podem criar alguma margem para a ação” (ADLER, 2002, p. 390).

Entre os desafios que se colocam para aqueles interessados em desenvolver as potencialidades da crítica orientada pela emancipação e pela materialidade está, entre outros, o de enfrentar o motivo pelo qual esta crítica é recusada ou tratada com condescendência, como quase uma extravagância, no campo da administração. Este motivo foi claramente expresso por Horkheimer e Adorno, e sintetizado por Motta (1986, p. 102): “a multidimensionalidade não tem lugar na sociedade controlada, a diferença torna-se sinônimo de ameaça ao poder”. O que se coloca é, portanto, a necessidade de uma luta discursiva, que expresse divergências e opções teóricas e práticas, através da qual se enfrente as ortodoxias dominantes e, ao tempo, se critique a pretensa crítica presente na vertente pragmática dos estudos críticos em administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos, neste artigo de posição, uma breve contextualização do campo dos estudos críticos em administração em sua localização no primeiro mundo. Face à necessidade de apresentar um conceito que organizasse nossos argumentos, recorremos às formulações dos autores da Escola de Frankfurt, em suas duas fases, sobre emancipação. A partir daí foi possível analisar criticamente a proposição de microemancipação realizada por Alvesson e Willmott (1992b) e que se encontra na base das formulações desses autores, referência central do que vem se disseminando sob a marca “estudos críticos em administração”, especialmente no contexto britânico.

A partir dessa análise consideramos plenamente justificável afirmar que estas formulações correspondem a uma vertente pragmática, marcada pelo desejo de aperfeiçoar a prática gerencial e de ser aceita como parte do *mainstream*. Em oposição apresentamos nossa visão sobre o que consideramos como estudos críticos – aqueles orientados para a emancipação, a transformação, a práxis da solidariedade, para um projeto mundial de libertação das formações sociais periféricas e dos seus habitantes, tendo como referência final e valor universal a primazia da vida.

Ao fazê-lo registramos nossa dívida com a produção dos nossos autores críticos e militantes – Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta, em especial. Esses autores nos dão claras indicações sobre os possíveis caminhos para a produção dessa teoria crítica: por um lado, a incessante denúncia das teorias e práticas que reproduzem esse sistema de dominação; por outro, o desenvolvimento de teorias que se relacionem e apoiem a construção de alternativas a esse sistema.

Para isso faz-se necessário construir teorias que autorizem o novo, que não o mutilem em incompatíveis mapas de conceitos marcados pela tradição dominante. Essa construção autônoma da teoria e da prática implica em viagens conceituais e na realização de ações para as quais não pré-existe um mapa, uma viagem em que se possa deixar o usual para trás, sem estar certo de onde se vai chegar.

Falta explicitar que a reflexão que fizemos tem, como pano de fundo, visões diferentes sobre a produção de conhecimento. De acordo com Dussel (2001, p. 279) podemos distinguir entre ciências sociais funcionais e ciências sociais críticas. As primeiras são aquelas que tem um sentido “positivo”, que fazem com que o sistema vigente “funcione”, opere, se desenvolva. “Essas ciências são necessárias, mas se tornam fetichistas quando negam a existência das ciências sociais críticas,

que também são necessárias (como programas científicos rivais que se fecundam mútua e criativamente em uma dialética histórica).” Portanto, a ciência social crítica precisa ser negativa e material, segundo as formulações de Horkheimer e Adorno na primeira fase da escola de Frankfurt. A negatividade é o não poder viver dos oprimidos, dos explorados, das vítimas!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as sugestões da Profa. Cristina Amélia Carvalho, que leu nosso texto, compartilhando nossas posições, e contribuiu para o reforço de nossos argumentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- | | |
|---|--|
| <p>ADLER, P.
Critical in the name of whom and what? Organization, v. 9, n. 3, p. 387-395, 2002.</p> <p>ADORNO, T. W.
Dialéctica negativa. Madrid: Taurus, 1975.</p> <p>ALVESSON, M.;
WILLMOTT, H.
(Eds.) Critical management studies. London: Sage, 1992a.</p> <p>On the idea of emancipation in management and organization studies. Academy of Management Review, v. 17, n. 3, p. 432-464, 1992b.</p> <p>(Eds.) Making sense of management: a critical introduction. London: Sage, 1996.</p> | <p>ALVESSON, M;
DEETZ, S.
Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 267-271.</p> <p>BRUYNE, P.;
HERMAN, J.;
SHOUTHEEETE, M.
Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., (5ª edição em português), 1991.</p> |
|---|--|

CMSW - CRITICAL MANAGEMENT STUDIES WORKSHOP: mission statement.

Disponível em: <http://aom.pace.edu/cms/>. Acesso em: 24 dez. 2001.

DUSSEL, E.

Hacia una filosofía política crítica. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.

Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2002.

ENGELS, F.

La sagrada familia. México: Grijalbo, 1967.

FACHIN, R.

Conversações, convergências, paradoxos, paradigmas e os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 28, p. 35-46, 2003.

FERREIRA, A. B. de H.

Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, M.

História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOURNIER, V;

GREY, C.

At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies. **Human Relations**, v. 53, n. 1, p. 7-32, 2000.

FREIRE, P.

Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GUERREIRO R.A.

A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

HABERMAS, J.

Teoria y práxis. Madrid: Tecnos, 1967. (1^a edição, em alemão, 1963).

Conocimiento y interés. Madrid: Taurus, 1986. (1^a edição, em alemão, 1968).

El discurso filosófico de la modernidad. Buenos Aires: Taurus, 1989.

HASSARD, J;

PARKER, M.

(Eds.) **Postmodernism and organizations.** London: Sage, 1993.

HORKHEIMER, M.

Teoria crítica. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. (A 1^a edição em alemão, sob o título “Teoria tradicional e teoria crítica”, é de 1937).

LEVINAS, E.

O humanismo dos outros homens. Petrópolis: Vozes, 1993.

-
- MOREL, J. C. O.
- Maurício Tragtenberg, a solidariedade declasse e as lutas sociais em São Paulo. In: ACCIOLY e SILVA, D.; MARRACH, S. A. (Orgs.) **Maurício Tragtenberg**: uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: FAPESP, Editora da UNESP, 2001. p. 257-288.
- MORGAN, G;
SMIRCICH, L.
- The case for qualitative research. **Academy of Management Review**, v. 5, n. 3, p. 491-500, 1980.
- MOTTA, F. C. P.
- O que é burocracia**. São Paulo: Pioneira, 1985.
- Teoria das organizações**: evolução e crítica. São Paulo: Pioneira, 1986.
- Organização e poder**: empresa, Estado e escola. São Paulo: Editora Atlas, 1990.
- PARKER, M.
- Against management**: organization in the age of managerialism. Cambridge: Polity Press, 2002.
- SOLÉ, A.
- Voir autrement le monde**. Disponível em: <http://www.societe-de-strategies-asso.fr/artA3.htm#solé>. Acesso em: 31 jan. 2003.
- TRAGTENBERG M.
- A teoria geral da administração é uma ideologia? **Revista de Administração de Empresas**, v.11, n.4, p.7-21, 1971.
- Burocracia e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1980a.
- Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1980b.
- O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária: Espanha 80. **Revista Educação e Sociedade**, n. 7, setembro de 1980c.
- ZALD, M. N.
- Spinning disciplines: critical management studies in the context of the transformation of management education. **Organization**, v. 9, n. 3, p. 365-385, 2002.